

Congresso Nacional examina 14 vetos presidenciais hoje

Entre os seis projetos vetados na íntegra pela presidente Dilma Rousseff, está o que alterava regras para criar municípios. O impasse em torno do assunto foi solucionado com proposta já aprovada no Senado, o que deve viabilizar análise dos demais itens

Reunião do Congresso marcada para 19h tem na pauta vetos totais ou parciais a projetos aprovados por deputados e senadores, como o que tornava obrigatória a faixa de pedestres em

um raio de um quilômetro das escolas, o que exigia a construção de pontos de apoio para motoristas em rodovias federais e o que proibia propaganda eleitoral em bens particulares. **7**

Audiência pública discute problemas de celulares 8

Porte de droga para uso pessoal é tema de debate interativo 6

Jornal do Senado recebe em SC prêmio nacional de comunicação 2

PEC do Trabalho Escravo está na pauta do Plenário 6

Mudança na Lei do Descanso é criticada



Genildo Magela/Agência Senado

Em debate ontem no Senado, rodoviários apontaram risco de piora nas condições de trabalho e aumento de mortes no trânsito caso sejam aprovados jornada de trabalho maior e descanso menor para motoristas. **3**

Paulo Paim (C) coordena audiência com motoristas: debatedores defendem alterações no texto



Moneira Maniz/Agência Senado

Fernando Collor (3º à esq.) preside debate sobre investimentos na CI

Secretário diz que investimento poderá chegar a 24% do PIB

O secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda, Márcio Holland de Brito, previu ontem que a economia brasileira deverá alcan-

çar nos próximos anos uma taxa de investimento equivalente a 24% do PIB, com efeitos positivos nas áreas de logística, energia e segurança. **8**

especial Cidadania

Enchentes no Norte põem à prova nova lei de defesa civil

Lei que estrutura toda a defesa civil no país foi criada há dois anos, com o objetivo de prevenir danos de desastres naturais

e responder rapidamente a eles. Entretanto, falta regulamentar trechos da lei e estabelecer uma fonte certa de verbas. **4 e 5**



Lio de Paula/Agência Senado

Centro de Gerenciamento de Desastres, em Brasília, monitora riscos

O SENADO VOTOU. AGORA É LEI

Resolução da Participação Popular nos Projetos de Lei do Senado



Secom — Criação e Marketing

Projetos de Lei do Senado Federal: Opinar é um ato de cidadania

O Senado Federal aprovou resolução que torna mais fácil a participação popular durante a tramitação de uma lei. Agora, qualquer pessoa pode entrar no portal e-Cidadania, ler na íntegra os projetos de lei e expressar sua concordância ou não em relação a eles. É o Senado Federal cada vez mais próximo e conectado com as necessidades da população.

Saiba mais em: www.senado.leg.br/agoraelei



Jornal do Senado recebe prêmio de comunicação

Encarte sobre CPI da Violência contra a Mulher ganhou prêmio de jornalismo dado por entidade feminista de SC. Na premiação, especialistas citaram importância da mídia na luta contra agressões a mulheres

O **JORNAL DO Senado** recebeu na sexta-feira, em Florianópolis, o Prêmio Nacional de Jornalismo sobre Violência de Gênero. O trabalho vencedor foi o encarte *O Inferno das Mulheres*, publicado em 4 de julho do ano passado.

A premiação foi conferida pela entidade feminista Casa da Mulher Catarina e contou com o apoio da Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República.

O encarte foi produzido pelos repórteres do **Jornal do Senado** Cintia Sasse e Ricardo Westin, com base nos trabalhos da CPI da Violência contra a Mulher, que funcionou no Congresso entre 2012 e 2013. A comissão parlamentar de inquérito investigou o número crescente de mulheres espancadas e assassinadas e propôs soluções para o problema.

A premiação ocorreu durante o Seminário Internacional sobre Mídia e Violência de Gênero. O **Jornal do Senado** foi representado por Ricardo Westin e pelo coordenador da publicação, Flávio Faria.

— O prêmio mostra que o **Jornal do Senado** está cumprindo com sucesso sua missão de dar transparência aos trabalhos dos senadores e manter a sociedade informada de maneira que ela possa exercer a cidadania — disse Westin.



O repórter Ricardo Westin, do *Jornal do Senado*, recebe prêmio em Florianópolis

De acordo com Daniela Luciana Silva, jornalista da Secretaria de Políticas para as Mulheres, os meios de comunicação têm um papel importante na luta contra a violência de gênero. Ela citou estatísticas que mostram que, das mulheres agredidas que telefonam para a Central de Atendimento à Mulher (Ligue 180), 52% disseram ter tomado conhecimento do serviço por meio do noticiário.

Sandra Castañeda, coordenadora-geral da Rede de Saúde das Mulheres Latino-Americanas e do Caribe, com sede no Chile, citou a importância de premiar trabalhos jornalísticos que abordam a violência contra a mulher:

— É possível que os governantes não ouçam as entidades do movimento feminista. Mas, sim, ouvem os meios de

comunicação. Os jornalistas mobilizam opiniões e vontades, influenciam as decisões tomadas por aqueles que ocupam o poder, principalmente às vésperas das eleições.

O **Jornal do Senado** venceu na categoria Outras Mídias. Mais três meios de comunicação foram premiados — a Rede Globo, do Rio, na categoria Televisão; a Rádio Rio Mar, de Manaus, na categoria Rádio; e o jornal *Zero Hora*, de Porto Alegre, na categoria Mídia Impressa. A Casa da Mulher Catarina recebeu a inscrição de 90 trabalhos jornalísticos de todo o país.

Leia o encarte: senado.leg.br/mariadapenha
Veja vídeo: <http://bit.ly/videoPremioJS>
Ouça entrevista: <http://bit.ly/entrevistaPremioJS>

Comissão debate atendimento de vítimas de violência doméstica



Genildo Magalhães/Agência Senado

Hoje, às 11h, será realizada audiência pública, na Comissão de Direitos Humanos do Senado, com o objetivo de debater opções para desenvolver programas de treinamento de servidores públicos que atendem às mulheres vítimas de violência doméstica e familiar no Brasil.

A procuradora da Mulher do Senado, Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), propôs a discussão na Casa. Segundo a senadora, o combate à violência contra a mulher no país deve ser feito em todos os municípios brasileiros, e não apenas onde existem delegacias especializadas na questão de gênero.

— Temos de assegurar um atendimento diferenciado às mulheres vítimas de violência doméstica e familiar. Como é impossível construir delegacias especializadas em todos os municípios, temos de garantir programas de formação para servidores públicos que atendem a esse tipo de violência — afirmou Vanessa.

Entre os participantes, estão Ana Teresa Iamarino, da Secretaria de Políticas para Mulheres da Presidência da República; coronel Paulo Roberto Batista de Oliveira, secretário-adjunto de Segurança Pública do Distrito Federal; e Rafael Almeida, chefe de gabinete do Ministério da Justiça.

Vanessa exige fim da agressão contra mulheres no trabalho

Procuradora da Mulher do Senado, Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) condenou a violência contra mulheres no exercício da profissão. Nos últimos dias, foram divulgados dois casos, nas Regiões Norte e Nordeste, que chocaram pela brutalidade.

No Maranhão, a escrivã de polícia Loane Maranhão Thé, de 33 anos, foi esfaqueada por um suspeito de abuso sexual durante depoimento na delegacia. Ela morreu a caminho do hospital. A investigadora Marilene Moraes também foi atacada, mas passa bem.

No Amazonas, a advogada Islane Marques Setubal relatou ter sido espancada por um policial militar na madrugada do dia 30 de abril. Ela contou que foi agredida durante fiscalização em uma casa de show. Segundo a advogada, a agressão começou quando o policial questionou a autenticidade do alvará de funcionamento.

De acordo com Vanessa, a Procuradoria da Mulher do Senado repudia todo tipo de agressão física e psicológica contra mulheres durante o desempenho da atividade profissional.

— Não aceitamos que essas profissionais sejam agredidas no ambiente de trabalho. Os responsáveis devem ser punidos para que casos como esses não se repitam em nosso país. É hora de darmos um basta à violência que ameaça, diariamente, nossas mulheres — afirmou a procuradora da Mulher.

Anibal Diniz elogia programa eleitoral do PT exibido na TV

Anibal Diniz (PT-AC) comentou em Plenário a propaganda política do partido exibida na quinta-feira. Para ele, o programa “mostra a verdade e desperta comparações desconfortáveis para a oposição”. De acordo com o senador, o governo do PT apresenta “resultados superlativos”, mas a renovação da confiança no partido impulsionará reformas



Waldemir Barreto/Agência Senado

necessárias para o Brasil crescer ainda mais.

— O que vai prevalecer e o que vai dialogar com os eleitores vai ser a capacidade de mostrar com números, com projetos, quais as possibilidades para termos um Brasil cada vez melhor — disse.

Anibal defendeu o projeto dele que aumenta chances para mulheres no Senado.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



- PLENÁRIO Diploma Ermírio de Moraes**
11h Sessão especial para entrega do Diploma José Ermírio de Moraes. Às 14h, sessão deliberativa com pauta trancada pela MP 630/2013.
- PRESIDÊNCIA Sessão solene**
10h50 Renan Calheiros recebe os agraciados do Diploma José Ermírio de Moraes. Às 11h, preside sessão especial do Senado; às 12h, sessão solene do Congresso; às 16h, ordem do dia; às 19h, sessão do Congresso para apreciação de vetos; às 20h, recebe o deputado Paulão e o presidente da Federação Nacional dos Agentes Comunitários de Saúde e de Combate a Endemias, Fernando Cândido.
- CMA/CCT/CI Telefonia celular**
8h30 A telefonia celular no país em debate. Entre os convidados, está o presidente da Anatel, João Rezende.
- CCJ Drogas**
9h Debate sobre descriminalização do porte de drogas para consumo pessoal.
- CAE Malformações congênitas**
10h Proposta que visa excluir como doença preexistente as malformações congênitas. Outra proposta cria áreas de livre comércio em Corumbá e Ponta Porã (MS).
- CPI DA PETROBRAS Sergio Gabrielli**
10h15 Depoimento do secretário do Planejamento da Bahia, Sergio Gabrielli, ex-presidente da Petrobras.
- CAS Saúde do trabalhador**
11h Audiência sobre saúde ocupacional. Está convidada Luciane Araujo, subsecretária de Saúde, Segurança e Previdência do governo do Distrito Federal.
- CE Exames em escolas públicas**
11h Será votado projeto que torna obrigatória a realização de exames oftalmológicos e auditivos nas escolas de ensino fundamental da rede pública.
- CDH Lei Maria da Penha**
11h Na pauta, projeto que altera a Lei Maria da Penha para garantir à mulher vítima de violência doméstica benefício eventual. Às 14h, debate sobre poluentes e impactos da siderurgia nas comunidades.
- CONGRESSO Coluna Prestes**
12h Sessão solene do Congresso destinada a comemorar os 90 anos da Coluna Prestes, no Plenário da Câmara.
- CCT Contratação de publicidade**
14h Na pauta, projeto que limita análise técnica na contratação de agências de publicidade e projeto sobre o Adicional ao Frete para a Renovação da Marinha Mercante e o Fundo da Marinha Mercante.
- CMO Emendas ao Orçamento**
14h Proposta sobre indicações parlamentares para correção dos impedimentos das emendas individuais ao Orçamento. Às 14h30, pode votar crédito de R\$ 113,8 milhões ao Ministério das Cidades.
- CMMC Emissão de carbono**
14h30 Audiência pública na Comissão Mista sobre Mudanças Climáticas debate agricultura com baixa emissão de carbono. Foi convidado o pesquisador da Embrapa Cerrados Luiz Adriano Maia.
- CONGRESSO Vetos**
19h Sessão conjunta do Congresso Nacional destinada à apreciação de vetos, entre outros assuntos.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>
Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

RÁDIO SENADO

A Rádio Senado transmite, a partir das **8h30**, audiência pública conjunta das **Comissões de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle; de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática; e de Serviços de Infraestrutura**. Às **10h15**, reunião da **Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Petrobras**. E, às **14h**, transmissão da **sessão plenária**. A Rádio Senado pode ser acompanhada ao vivo pela internet: www.senado.leg.br/radio.

TV SENADO

A TV Senado transmite a partir das **10h**, segundo o Regimento Interno e o Ato 21/2009 da Comissão Diretora, a **reunião da Comissão de Assuntos Econômicos**. As reuniões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.leg.br/tv) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.



Paim (C) preside audiência que discutiu Estatuto do Rodoviário com representantes do governo e de centrais sindicais

Projeto que muda lei sobre motoristas recebe críticas

Profissionais pedem que Senado rejeite projeto da Câmara que aumenta a jornada de trabalho e diminui o tempo de descanso. Melhores condições de trabalho são pedidas pela internet e por telefone

RODOVIÁRIOS QUE ONTEM participaram de audiência na Comissão de Direitos Humanos (CDH) criticaram a possibilidade de mudanças na Lei 12.619/2012, conhecida como Lei do Descanso, que trata do exercício da profissão de motorista. A proposta, aprovada pela Câmara no dia 29, inclui aumento da jornada de trabalho, diminuição do tempo de descanso e está tramitando no Senado (PLC 41/2014).

Na opinião dos participantes da audiência, essas alterações vão piorar ainda mais as condições de trabalho, gerar mais mortes no trânsito e só vão atender interesses de empresários e do agronegócio.

O procurador do Trabalho Paulo Douglas Almeida de Moraes também se mostrou contrário à iniciativa, classificada por ele de “atrocidade”.

— A situação é de perplexidade. Temos uma conquista consolidada sendo atacada e sabotada desde o início de sua vigência há dois anos. Grupos sem o menor senso de humanidade lutam para destruir uma lei que busca reestruturar o sistema sob o primado da dignidade e respeito ao ser humano — disse.

Segundo Moraes, as mudanças “interessam apenas ao grande capital, divorciado

de compromisso com o ser humano e com o trabalhador”.

— Estamos no momento final de salvar ou não essa norma. Acredito que o Senado vai cuidar para que essa atrocidade não passe pelo Legislativo — afirmou.

Paulo Paim (PT-RS) disse que vai pedir uma audiência dos rodoviários com o presidente do Senado, Renan Calheiros.

— De minha parte, esse projeto não pode ser votado a toque de caixa. Não podemos votar alteração numa lei que demorou 40 anos para virar realidade sem ouvir os trabalhadores — afirmou.

Mais tempo

Paim quer também que o PLC 41/2014 seja apensado ao PLS 271/2008, apresentado por ele, que trata do Estatuto do Rodoviário. Segundo ele, isso possibilitaria mais tempo para debater o assunto.

Os rodoviários informaram que farão uma “peregrinação” aos gabinetes parlamentares para mostrar os prejuízos dos motoristas com as mudanças.

— Querem restringir uma conquista dos trabalhadores. Mas vamos explicar aos senadores que um país de primeira não pode ter emprego de terceira — afirmou o presidente

da CUT do Rio Grande do Sul, Claudir Nespolo.

Os rodoviários disseram que problemas como estresse, baixa autoestima, sedentarismo e lesões por esforços repetitivos desafiam a saúde.

Segundo Alceu Weber, delegado sindical da Companhia Carris Porto-Alegrense, grandes empresas em São Paulo têm até 80 caminhões parados por falta de mão de obra. Segundo ele, “o capital tem fechado as portas para o próprio negócio ao achar que o motorista é um robô”. Ele lembrou que, num dia de trabalho urbano, um motorista faz mais de 3.800 trocas de marcha, pois a maioria dos veículos ainda não tem câmbio automático.

— O resultado é um alto índice de LER [lesão por esforço repetitivo], principalmente em ombros e braços direitos e pernas esquerdas — lamentou.

O texto aprovado pela Câmara é um substitutivo do deputado Jovair Arantes (PTB-GO) aos Projetos de Lei 4.246/2012 e 5.943/2013. Na noite da votação, o jornal *Correio Braziliense* flagrou um grupo de manifestantes recebendo dinheiro depois que estiveram na galeria do Plenário apoiando deputados que votaram a favor do texto.

Segundo a proposta, a jornada do motorista profissional continua a ser de oito horas, com duas extras, mas convenção ou acordo coletivo poderá prever até quatro horas extras, somando 12 horas de direção. Além disso, a cada seis horas ao volante, o motorista deverá descansar 30 minutos, mas esse tempo poderá ser fracionado. O substitutivo ainda converte em advertência as multas por inobservância dos tempos de descanso e as por excesso de peso do caminhão.

A audiência foi interativa: muitos motoristas em todo o país se manifestaram pela internet e por telefone, reclamando do projeto e pedindo melhores condições de trabalho.

Agricultura com baixa emissão é tema de audiência hoje

A prática de agricultura de baixo carbono é o tema da audiência a ser promovida pela Comissão Mista sobre Mudanças Climáticas (CMMC), hoje, às 14h30.

Os parlamentares vão debater projetos que ajudem o Brasil a cumprir compromissos de redução de emissões.

Um dos assuntos a serem abordados na audiência deve ser o Plano de Agricultura de Baixa Emissão de Carbono, também conhecido como

Plano ABC, a cargo do Ministério da Agricultura. O pesquisador da Embrapa Cerrados Luiz Adriano Maia é um dos convidados. Também foram chamados representantes do BNDES, do Fundo Nacional sobre Mudança do Clima e da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA).

O presidente da CMMC é o deputado Alfredo Sirkis (PV-RJ) e o relator é o senador Valdir Raupp (PMDB-RO).

ACOMPANHE E PARTICIPE ÀS 14h30

- ▶ **Portal e-Cidadania:** www.senado.leg.br/ecidadania
- ▶ **Alô Senado:** www.senado.leg.br/alosenado
- ▶ **Tempo real:** <http://bit.ly/CMMCagriculturaEC>
- ▶ **Tempo real:** <http://bit.ly/CMMCagriculturaAS>
- ▶ **Facebook:** eCidadaniaSF
- ▶ **Facebook:** alosenado
- ▶ **Twitter:** @e_cidadania #Carbono #Agricultura
- ▶ **Twitter:** @AloSenado
- ▶ **TV:** www.senado.leg.br/TV
- ▶ **Alô Senado:** 0800 612211
- ▶ **Taquigrafia:** <http://bit.ly/comissaoMudancasClimaticas>

Gleisi Hoffmann destaca avanços do novo Plano Agrícola

Gleisi Hoffmann (PT-PR) comemorou o lançamento, ontem, pela presidente Dilma Rousseff, do Plano Agrícola e Pecuário para a safra 2014–2015, que aumenta o crédito para o setor a juros subsidiados.

Segundo a senadora, a proposta de crédito para o agronegócio será de R\$ 156 bilhões. Ela lembrou que, há 12 anos, o setor contava com R\$ 18 bilhões de crédito. Para o médio agricultor, serão destinados R\$ 16 bilhões.

O plano determina, ainda, que as taxas de comercialização do agronegócio serão de 6,5%.

— O plano divulgado hoje, além de aumentar o financiamento da agricultura, também foi importante para dizer que os juros não terão o mesmo crescimento que teve a taxa Selic. Ou seja, no custeio, nós tivemos a variação de apenas um ponto percentual de juros, quando a Selic variou nesse período mais de três pontos percentuais. O governo está bancando juros controlados para custeio e investimento.



Senadora diz que o agronegócio vai ter crédito de R\$ 156 bilhões

Acir elogia governo por investimentos para próxima safra

Acir Gurgacz (PDT-RO) elogiou o Plano Agrícola e Pecuário 2014–2015, lançado ontem pela presidente Dilma Rousseff.

Segundo o senador, o plano para a próxima safra reafirma compromisso do governo de continuar investindo no setor agrícola e na infraestrutura para facilitar o escoamento da produção.

O plano, informou, disponibiliza R\$ 156,1 bilhões para a safra 2014–2015, 14,7% a mais do que os valores liberados para a safra passada. Desse total, R\$ 112 bilhões se destinam ao financiamento de custeio e comercialização e R\$ 44,1 bilhões para programas de investimentos.

No tocante à infraestrutura, o senador reforçou apelo ao governo federal por uma estratégia de desenvolvimento e integração que inclua a Região Norte, especialmente o estado de Rondônia.

— O governo federal precisa participar de forma efetiva do desenvolvimento de Rondônia e abrir os caminhos do arco norte para o escoamento da produção da Região Centro-Oeste pelas rotas que passam por Rondônia, como a construção da Ferrovia Transcontinental e a modernização das rodovias e dos nossos portos — recomendou.

Gurgacz registrou a inauguração de cinco salas de aula e de uma quadra poliesportiva no município de Theobroma, em Rondônia.

Paim quer debate em Plenário para ouvir os trabalhadores

Em Plenário, Paim leu dois manifestos em defesa da Lei do Descanso. Os documentos foram assinados por representantes de várias entidades e sindicatos ligados ao transporte rodoviário de carga de São Paulo e do Rio Grande do Sul.

Segundo os manifestantes, a lei, em vigor há dois anos, diminuiu em 40% os acidentes nas estradas envolvendo caminhões e salvou milhares de vidas. Para eles, as alte-

rações seriam resultado da pressão das empresas e um retrocesso nos direitos.

Paim sugeriu a instalação de uma comissão geral para ouvir todos os interessados e promover um debate claro.

— O que não dá é querer vender gato por lebre. Querem aprovar uma lei em que os trabalhadores não foram ouvidos. É preciso que se faça um bom debate e que se construa uma proposta decente — afirmou.

Dois anos depois da aprovação da Lei 12.608, que estruturou o sistema nacional de prevenção, monitoramento e resposta a desastres, setor avançou, mas falta de regulamentação da legislação e de fonte específica de recursos é ponto crítico, avaliam parlamentares. Sistemas de alerta à população e mapeamento de áreas de risco são algumas das ações em curso

Com nova lei, defesa civil ainda se estrutura para salvar vidas

Tatiana Beltrão

A ÁGUA QUE cobriu cidades de Rondônia nos últimos meses deixou mais do que estradas e bairros destruídos, milhares de desabrigados e prejuízos estimados em R\$ 4,2 bilhões. A enchente histórica do Rio Madeira (que chegou a 19,74 metros, dois acima da pior cheia registrada até então) deixou também um aviso: o de que o estado precisa se preparar para novos avanços da água. O plano de reconstrução a ser encaminhado pelo governo rondoniense à União até o fim deste mês propõe medidas para “construir um estado resiliente a desastres”, fortalecendo a capacidade de resistência dos municípios com ações como realocação de bairros inteiros, estruturação da defesa civil e obras como um muro de contenção, em Porto Velho, para evitar que o rio volte a engolir a cidade.

Os 32 mil desabrigados e desalojados no estado — e outras dezenas de milhares no Acre, Amazonas e Pará, também atingidos pela enchente dos Rios Madeira e Acre — passaram a engrossar uma estatística crescente de pessoas afetadas por desastres naturais no Brasil. Segundo a Pesquisa de Informações Básicas Municipais (Munic) 2013, divulgada pelo IBGE em abril, as enchentes e enxurradas desabrigaram ou desalojaram 2,1 milhões de pessoas entre 2008 e 2012. Nesse período, enchentes atingiram 1,5 mil municípios (quase 28% do total), mesmo número de afetados por enxurradas. Alagamentos foram registrados em 2 mil cidades; processos erosivos, em 1,1 mil; e deslizamentos de terra, em 895. Esta foi a primeira vez que a Munic incluiu questões sobre planejamento urbano voltado para prevenção, redução e gestão de riscos de desastres naturais — um indício da importância que o tema vem ganhando na agenda pública brasileira.

Legislação

Há dois anos, o país ganhou uma legislação destinada a estruturar o setor. A Lei 12.608/2012 determinou a organização e o fortalecimento da defesa civil em todos os níveis — federal, estadual e municipal — e sistemas integrados de monitoramento e alerta. Falta muito para estados e municípios cumprirem o estabelecido pela norma — a Munic mostrou, por exemplo, que 48% das cidades brasileiras ainda não têm nenhuma ação de gestão de risco e prevenção de desastres.



Porto Velho, 2014: Rio Madeira subiu quase 20 metros, um recorde



Governador Valadares (MG), 2012: cidade enfrentou cheia histórica



Campina Grande (PB), 2013: secas também são consideradas desastres naturais



Wilson Dias/ABR



MUNICÍPIOS PRIORITÁRIOS

Ilhota (SC), 2008: deslizamentos causaram a maior parte das mortes



Morro do Bumba, em Niterói (RJ), 2010: casas construídas sobre depósito de lixo foram soterradas



Nova Friburgo (RJ), 2011: maior tragédia natural do país teve quase mil mortos

Também é preciso regulamentar pontos importantes da lei, reduzir a burocracia no repasse de verbas e definir fontes estáveis de recursos, segundo parlamentares envolvidos com o tema. O governo federal, porém, sustenta que, dois anos depois da lei, o país está mais preparado para enfrentar calamidades. Medidas previstas na legislação estão em curso. Ainda em 2012, o Planalto lançou o Plano Nacional de Gestão de Risco e Resposta a Desastres Naturais, que envolve sete ministérios, com participação dos estados e municípios e entidades da área. Sistemas de alerta e monitoramento, outra determinação da lei, estão sendo implantados. O Centro Nacional de Gerenciamento de Riscos e Desastres (Cenad, vinculado à Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil — Sedec, do Ministério da Integração) e o Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais (Cemaden, do Ministério da Ciência e Tecnologia) funcionam 24 horas por dia, todos os dias, coletando e analisando dados de centros de pesquisa, estações meteorológicas, pluviômetros e radares para monitorar riscos e emitir alertas de enchentes e deslizamentos. O Cenad, com apoio do Serviço Geológico do Brasil, está mapeando áreas de risco em 821 municípios considerados prioritários pelo histórico de desastres e vítimas (veja no mapa a localização das cidades e, no quadro Saiba Mais, a lista dos municípios por estado). Até agora, 468 já foram mapeados, segundo a Sedec. O governo ressalta que obras de prevenção, como con-

tenção de encostas e drenagem, estão sendo feitas por meio do Ministério das Cidades e de outras pastas e por programas como o PAC Prevenção. Há ainda ações de fortalecimento das defesas civis estaduais e municipais, com capacitação de pessoal e envio de veículos e equipamentos. Em Rondônia, alguns efeitos dessa estruturação já foram sentidos. Apesar da extensão da cheia, não houve registro de mortos ou feridos graves. Para participantes de audiência pública promovida pela Comissão de Reforma Agrária (CRA) do Senado neste mês para discutir a recuperação do estado, a atuação da defesa civil foi decisiva para salvar vidas. Alertas foram feitos com antecedência e a população pôde ser retirada com segurança, avalia o senador Acir Gurgacz (PDT-RO), que presidiu

o debate. Ele critica, no entanto, a lentidão do processo de envio dos recursos federais para recuperação do estado. — Não falta vontade do governo, falta é agilidade nos procedimentos. Nós precisamos de apoio agora. As pessoas começam a voltar para casa, outras nem têm mais casa. Como proibir que voltem para áreas de risco se não dermos alternativa? Temos que criar bairros e distritos novos, erguer as estradas. Não sabemos se no ano que vem vai ter outra enchente, ou se vai ser daqui a 5 ou 50 anos. Não podemos esperar, temos que planejar agora. Gurgacz espera que a Medida Provisória 631/2013 (convertida no PLV 3/2014), aprovada pelo Senado neste mês, agilize os processos de liberação de verbas. A medida, que aguarda sanção, possibilita repasses diretos e

antecipa o envio de recursos. Também permite o uso do Regime Diferenciado de Contratações Públicas (RDC) em obras de reconstrução e o emprego da verba em prevenção. O senador Jorge Viana (PT-AC) cobrou agilidade na recuperação do Acre, que, com a BR-364 submersa pelo Madeira, ficou isolado. O abastecimento e o escoamento da produção foram prejudicados. Ele reivindicou linhas de crédito especiais para socorrer o setor produtivo e os comerciantes do estado. — Tenho experiência como prefeito e governador e nunca vi desastre natural como esse — disse, ao sobrevoar a região. **Estruturação** O secretário nacional de Defesa Civil, general Adriano Pereira Júnior, argumenta que os efeitos

da lei já são percebidos. — Estamos passando por um período de muitos desastres. Do fim de 2013 até agora, tivemos ocorrências na Baixada Fluminense (RJ), Espírito Santo e Minas, e agora no Norte. E nossa leitura é que o sistema de defesa civil respondeu. Pode não ter respondido 100% a tudo, porque ainda está sendo construído, mas mostrou sua capacidade de no que é fundamental: salvar vidas. Uma das dificuldades, explica, é a falta de cultura de defesa civil no Brasil, aliada à diversidade climática, topográfica, econômica e social de um país imenso, com mais de 5 mil municípios. A maioria das cidades tem menos de 20 mil habitantes; a maior parte não tem corpo de bombeiros. “Como convencer uma prefeitura pequena, que nunca passou por um desastre, a investir recursos?”

questiona, relatando que muitas vezes só depois da calamidade os governos locais se dão conta do risco. — Você não muda a situação apenas com a lei. Temos que usar a nova legislação para mudar as pessoas. Vamos achar soluções, mas elas virão à medida que estivermos pensando, vivenciando, criando cultura de defesa civil. **Marco regulatório** A legislação que hoje regula a defesa civil foi concebida após a maior tragédia natural ocorrida no país. Em janeiro de 2011, enxurradas e deslizamentos de encostas provocados por chuva intensa, combinada à falta de planejamento urbano, deixaram mais de 900 mortos na Região Serrana do Rio de Janeiro. Nove meses depois, o governo enviou ao Congresso a MP 547/2011. A medida estabelecia a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil, definia responsabilidades aos integrantes do Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil (Sindpec) e autorizava criação de medidas de monitoramento de desastres. A justificativa, assinada por vários ministros,

afirmava que desastres naturais recorrentes “afetaram de forma drástica” vários municípios, demonstrando “necessidade urgente de incorporar nas políticas urbanas municipais as componentes de planejamento e gestão voltadas à prevenção e mitigação de impactos”. Na Câmara, a MP foi complementada, gerando um projeto de lei de conversão. Os parlamentares — especialmente o relator, deputado Glauber Braga (PSB-RJ) — ampliaram as medidas previstas. Quando chegou ao Senado, em março de 2012, o PLV 4 já era chamado de Lei da Defesa Civil. O relator na Casa, senador Casildo Maldaner (PMDB-SC), propôs várias emendas para aperfeiçoar a proposta. Porém, abriu mão das alterações depois que o Planalto prometeu enviar ao Congresso, já no mês seguinte, um marco regulatório. Assim, o texto foi aprovado pelo Senado sem alterações. Em abril daquele ano, virou lei, com diversos pontos que ainda deveriam ser regulamentados pelo governo. Até hoje, a regulamentação não aconteceu. A Sedec afirma que está preparando a proposta, que será encaminhada à Casa Civil. Para Casildo, a legislação trouxe avanços. Ele costuma comparar a lei a um tripé e diz que, dos três eixos que deveriam sustentar o setor, dois funcionam. O primeiro seria a estruturação organizacional que a Lei 12.608 conseguiu promover na defesa civil no país. O segundo se refere ao monitoramento de riscos, que também avançou, na avaliação do senador. Ele diz que o mapeamento das áreas vulneráveis é fundamental e que os sistemas de alarme já mostram resultados: — Nisso o Brasil está se estruturando. Houve investimentos. O eixo que falta no tripé, segundo Casildo, é a fixação de fontes específicas de verbas para o setor, que hoje depende do recurso orçamentário que o governo colocar. Para o senador, sem uma fonte segura de verbas, as ações continuarão dependentes da liberação de créditos extraordinários do Orçamento, o que prejudica o planejamento e, principalmente, a prevenção. Casildo (que foi relator também da Comissão Temporária de Alterações no Sistema Nacional de Defesa Civil, criada no Senado em 2011) defende a aprovação de dois projetos que tramitam na Casa. O PLS 745/2011, da comissão, reestrutura o Sindpec e sugere novas fontes de recursos para o Fundo Especial para Calamidades Públicas (o Funcap,



Gurgacz cobra agilidade no repasse de verbas | Adriano Pereira Júnior, secretário nacional de Defesa Civil | Viana pede linhas de crédito para o Acre

previsto pela Lei 12.340/2010 e alterado agora pela MP 631). Entre elas, a destinação de 1% do valor dos prêmios de todos os seguros contratados no país (exceto o DPVAT). O PLS 388/2008, do senador, propõe fontes de recursos para o setor, criando a Contribuição Social para a Defesa Civil.

“Todos nós”

Para o deputado Glauber Braga, a lei ampliou a cultura de prevenção no país. A legislação fortalece, por exemplo, a atuação das coordenações municipais de defesa civil, que podem, com base na norma, cobrar do prefeito o cumprimento de medidas. Ele avalia que também houve avanço na estrutura da área, como a capacidade de prever ameaças e alertar a comunidade para que se dirija a um ponto seguro. — O ideal é que não houvesse moradia em área de risco. Mas como isso está longe da realidade, salvar vidas é importante. Porém, falta algo fundamental, que é a regulamentação, cobra o deputado. Pontos estratégicos ainda dependem dela para se efetivarem. Um exemplo é a obrigatoriedade da elaboração de planos de contingência pelas cidades. Outro item que precisa sair do papel é a inserção da defesa civil nas escolas, estratégia imprescindível para modificar a cultura brasileira de responder ao desastre depois que ele acontece. Braga viu o problema de perto. Morador de Nova Friburgo, ele estava em casa quando a cidade foi arrasada pela chuva, em 2011. O deputado perdeu casa, amigos e vizinhos. Desde então, a defesa civil virou uma das principais bandeiras do mandato que ele acabara de assumir na Câmara. — Nossa tarefa é sensibilizar aqueles que não passaram por um desastre para que não precisem viver isso para se precaver. Essa conscientização é o ponto-chave para o desenvolvimento da cultura de defesa civil no país, sustenta o diretor do Departamento de Minimização de Desastres da Sedec, Armin Braun. Ele conta que, quando começou a trabalhar com defesa

civil, há 15 anos, costumava ouvir nos cursos de capacitação a frase “Defesa civil somos todos nós”. — Achei bonito, mas logo me dei conta de que o “todos nós” eram apenas os que trabalhavam com defesa civil! Hoje começa a haver a consciência de que todas as esferas de governo têm que fazer parte, a sociedade também, e não só os movimentos civis organizados, mas cada cidadão. Isso não se faz de uma hora para outra, precisa de muito trabalho até que o cidadão entenda que, ao jogar um saco plástico na rua, pode causar mal a ele e à comunidade onde vive. Esse é o grande avanço: transformar o “Defesa civil somos todos nós” em algo que todos compreendam. A participação da sociedade será tema da 2ª Conferência Nacional de Defesa Civil, em novembro. Desde o ano passado, cidades e estados promovem conferências regionais para preparar a discussão. Outro ponto a ser debatido é a organização do voluntariado brasileiro para atuar em desastres, área que, de acordo com o secretário e com o diretor da Sedec, já está sendo planejada pela secretaria. — O brasileiro é solidário, mas nunca organizamos o voluntariado, como outros países. Aqui as pessoas vão para as áreas de desastre ajudar, mas não foram treinadas e não há organização para dirigir a elas o que fazer. Queremos criar um sistema de formação de voluntários para que, na hora que soar o alarme, eles saibam qual a sua função e estejam capacitados para ajudar — afirma Adriano Pereira.

Saiba mais

Lista dos 821 municípios prioritários
<http://bit.ly/MunicipiosPrioritarios>
2ª Conferência Nacional de Proteção e Defesa Civil
<http://bit.ly/2aCNPDC>
Lei 12.608/2012
<http://bit.ly/Lei12608>

Veja esta e outras edições do Especial Cidadania em www.senado.leg.br/especialcidadania



Polícia Federal e Ministério Público do Trabalho têm encontrado pelo Brasil trabalhadores em situação de escravidão

Plenário pode votar hoje a PEC do Trabalho Escravo

Calendário especial dispensa sessões de discussão. Proposta destina à reforma agrária e a programas de habitação popular as propriedades rurais ou urbanas onde houver condições análogas à escravidão

A PROPOSTA DE emenda à Constituição que permite a expropriação de terras onde se verifique a existência de trabalho escravo (PEC 57A/1999) pode ser votada hoje no Plenário. Os senadores aprovaram na quinta-feira um calendário especial, dispensando prazos como os exigidos para sessões de discussão antes das votações em primeiro e segundo turno.

Apresentada em 1999 pelo então senador Ademir Andrade, a proposta estabelece

que as propriedades rurais ou urbanas onde forem localizadas culturas ilegais de plantas psicotrópicas ou exploração de trabalho escravo terão como destino a reforma agrária e programas de habitação popular. Os proprietários não receberão indenizações.

A emenda, se aprovada, vai alterar o artigo 243 da Constituição. De acordo com o texto atual, somente as terras onde há cultivo de vegetais psicotrópicos, como maconha e coca, podem ser expropriadas

e destinadas ao assentamento de colonos.

A imposição de trabalho escravo é punida, hoje, nos termos do artigo 149 do Código Penal. Segundo a legislação, quem reduzir alguém à “condição análoga à de escravo” estará sujeito a penas de dois a oito anos de prisão, mais pagamento de multa. A punição pode ser aumentada pela metade se o crime for cometido contra criança ou adolescente ou por motivo de qualquer tipo de preconceito.

Congresso homenageia Prestes e Anchieta

O Congresso faz hoje, às 12h, uma sessão solene em homenagem aos 90 anos da Coluna Prestes, movimento político e militar liderado por Luis Carlos Prestes entre 1922 e 1927. Amanhã, a homenagem será ao padre jesuíta José de Anchieta, canonizado em 3 de abril pelo papa Francisco.

A Coluna Prestes foi ligada ao tenentismo, manifestações de protesto feitas por oficiais do Exército insatisfeitos com os rumos políticos do país. A coluna percorreu 25 mil quilômetros pelo interior do Brasil, durante dois anos e meio, defendendo o voto secreto e o ensino público. A

marcha enfrentou as tropas do Exército, forças policiais e jagunços. Em 1945, Luis Carlos Prestes (1898-1990) foi eleito senador pelo Partido Comunista do Brasil (PCB), mas o mandato foi cassado em 1947, após o Tribunal Superior Eleitoral cancelar o registro do PCB. Em 22 de maio de 2013, o Senado fez sessão especial para a devolução simbólica dos mandatos a Prestes e ao suplente, Abel Chermont.

Atualmente um grupo de senadores defende a mudança do nome da Ala Filinto Müller para Ala Luis Carlos Prestes, como estabelece o Projeto de Resolução do Senado 36/2011.

Anchieta é o terceiro brasileiro canonizado, depois de madre Paulina e de frei Galvão. Espanhol de origem, chegou ao Brasil aos 19 anos e desenvolveu longo trabalho de catequese na Bahia, no Espírito Santo e em São Paulo, com especial atenção aos povos indígenas. Conhecido como o apóstolo do Brasil, foi o primeiro dramaturgo, gramático e poeta do país, sendo considerado o pai da literatura brasileira. O presidente do Senado, Renan Calheiros, participou em Roma da missa de ação de graças pela canonização do padre José de Anchieta.

Audiência pública debate porte de drogas para consumo pessoal

A descriminalização do porte de drogas para consumo pessoal será discutida hoje na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), a partir das 9h, em audiência interativa solicitada pelos cidadãos por meio do Portal e-Cidadania. O debate tratará ainda do reconhecimento da inconstitucionalidade do artigo 28 da Lei do Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas (Lei 11.343/2006). O dispositivo define as penalidades para quem adquirir, guardar, tiver em depósito, transportar ou trazer consigo, para consumo pessoal, drogas sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar.

Autor da sugestão legislativa, que foi encaminhada ao Senado por meio do Portal e-Cidadania, André Kiepper defende que o artigo “criminaliza conduta que não extravasa

a vida privada do cidadão”, ferindo o inciso X do artigo 5º da Constituição, que garante como invioláveis a intimidade e a vida privada.

— Se o cidadão ofende tão somente bens jurídicos pessoais, não há crime — afirma.

Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), relator na CCJ de projeto que altera a legislação sobre drogas (PLC 37/2013), apresentou requerimento para a audiência.

— A proposição é veiculada por meio de um instrumento de participação direta dos cidadãos nas atividades da Casa, o que fortalece a aproximação da sociedade com o Senado. É significativo que, em apenas 11 dias, a sugestão de audiência tenha recebido mais de 10 mil apoios individuais — disse.

Os cidadãos podem participar on-line da audiência (*veja quadro*), fazendo comentários, sugestões ou perguntas.



Lin de Paula/Agência Senado

ACOMPANHE E PARTICIPE ÀS 9h

▶ Portal e-Cidadania: www.senado.leg.br/ecidadania	▶ Alô Senado: www.senado.leg.br/alosenado
▶ Tempo real: http://bit.ly/CCJdrogasEC	▶ Tempo real: http://bit.ly/CCJdrogasAS
▶ Facebook: eCidadaniaSF	▶ Facebook: alosenado
▶ Twitter: @e_cidadania #CCJSenado #PorteDeDrogas #Drogas	▶ Twitter: @AlôSenado
▶ TV: www.senado.leg.br/TV	▶ Alô Senado: 0800 612211
▶ Taquigrafia: http://bit.ly/comissaoConstituicao	

Diploma José Ermírio de Moraes será entregue a empresários

O Senado promove sessão especial, às 11h, para a solenidade de entrega do Diploma José Ermírio de Moraes.

Nesta quinta edição do prêmio, serão diplomados a empresa Baterias Moura; a empresária e controladora do Grupo Edson Queiroz, Yolanda Vidal Queiroz; e o secretário-executivo do Fundo Constitucional do Centro-Oeste do governo de Goiás, Orcino Gonçalves da Silva Júnior. Eles foram escolhidos dentre 24 concorrentes.



Reprodução/Arquivo Tempo 16

O diploma foi criado em 2009 para agraciar personalidades de destaque no setor industrial que tenham “oferecido contribuição relevante à economia nacional, ao

desenvolvimento sustentável e ao progresso do país”. Armando Monteiro (PTB-PE) é o presidente do conselho desde 2011.

A premiação é conferida em sessão do Senado no Dia Nacional da Indústria (25 de maio), ou data próxima, a três empresas ou empresários do setor industrial.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros
Primeiro-vice-presidente: Jorge Viana
Segundo-vice-presidente: Romero Jucá
Primeiro-secretário: Flexa Ribeiro
Segunda-secretária: Ângela Portela
Terceiro-secretário: Ciro Nogueira
Quarto-secretário: João Vicente Claudino
Suplentes de secretário:
 Magno Malta, Jayme Campos,
 João Durval, Casildo Maldaner

Diretor-geral: Helder Rebouças
Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Davi Emerich
Diretor-adjunto: Flávio de Mattos
Diretor de Jornalismo: Eduardo Leão

AGÊNCIA SENADO

Coordenador: Marco Antonio Reis (61) 3303-3327
Chefia de Reportagem: Teresa Cardoso e Sheyla Assunção
Edição: Ester Monteiro, Nelson Oliveira e Rodrigo Chia
Sítio: www.senado.leg.br/noticias

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Coordenador: Flávio Faria (61) 3303-3333
Editor-chefe: Sílvio Burle
Editores: André Falcão, Juliana Steck, Laércio Franzon, Marcio Maturana e Ricardo Westin
Diagramação: Ronaldo Alves e Sandro Alex
Revisão: Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Pedro Pincer e Tatiana Beltrão
Coordenação de fotografia: Paula Cinquetti
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino
Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez
Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Seep)

Parlamentares examinam vetos da presidente Dilma Rousseff a projetos de lei. Entre os textos totalmente vetados, o PLP 416/2008, que fixa regras para criação de municípios.

Congresso Nacional analisa 14 vetos hoje

O CONGRESSO NACIONAL reúne-se hoje, às 19h, para analisar 14 vetos da presidente Dilma Rousseff a projetos de lei. Seis deles vetaram integralmente propostas aprovadas pelos senadores e deputados federais.

É o caso do PLC 31/2012, que tornava obrigatória a existência de faixa de pedestres num raio de um quilômetro em torno de escolas. A presidente o vetou sob a alegação de que o projeto não se baseia em critérios técnicos, ignora a vontade da população envolvida e impõe gastos ao poder local.

Também recebeu veto total o PLC 48/2012, que instituiu a obrigatoriedade de construção de pontos de apoio e descanso para motoristas em rodovias federais. Segundo a Presidência da República, não é recomendável que o assunto seja tratado em lei, devendo-se buscar a melhor solução de acordo com as características de cada concessão rodoviária.

O Congresso examinará ainda o veto total ao Projeto de Lei do Senado (PLS) 98/2002 — Complementar, que fixava os critérios para a criação, a fusão e o desmembramento de municípios. A presidente argumentou que a medida permitiria a “expansão expressiva” do número de municípios no país, com aumento de despesas de manutenção de



Parlamentares examinarão seis vetos integrais e oito parciais a projetos de lei

sua estrutura administrativa e representativa.

No Senado, o autor do projeto, Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR), apresentou outra proposição sobre o tema (PLS 104/2014 — Complementar), que conta com o apoio tanto do governo quanto da oposição. A proposta foi aprovada pelos senadores no último dia 14. A solução para a questão dos municípios pode ajudar a vencer a pauta de vetos, que já constou de três sessões, sem acordo para as votações.

Os parlamentares federais também avaliarão o veto total a outros três projetos: o que regulamentava a profissão de motorista de ambulâncias (PLC 105/2012); o que autorizava o Executivo a criar os conselhos regionais e federal de Zootecnia (PLC 323/2009); e o que incluía a carne suína na Política de Garantia de Preços

Mínimos (PLS 348/2007).

Outro veto em destaque retirou do PLS 441/2012 a proibição à propaganda político-eleitoral em bens particulares. Assim, fica valendo a lei atual, que permite a divulgação de candidaturas por meio de placas, faixas, cartazes, bandeiras ou pinturas.

O argumento da presidente Dilma Rousseff é que a restrição “limita excessivamente os direitos dos cidadãos de se manifestarem a favor de suas convicções político-partidárias”.

Também estão entre os vetos parciais a supressão de 13 dispositivos da Lei de Diretrizes Orçamentárias aplicável ao corrente ano (Lei 12.919/2013) e a inclusão no Plano Plurianual do período 2012-2015 (Lei 12.593/2012) de obra na BR-342, no Espírito Santo.

A pauta de cortes

▶ VETO TOTAL 47/2013

Item vetado: PLS 98/2002 — Complementar, que estabelece novas regras para a criação e fusão de municípios.

▶ VETO PARCIAL 48/2013

Itens vetados: Inciso III do artigo 2º e os artigos 11 e 13 do PLC 1/2013, que autoriza universidades comunitárias a receberem recursos públicos, mediante gratuidade de ensino para a população.

▶ VETO TOTAL 49/2013

Item vetado: PLC 31/2012, que altera o Código de Trânsito Brasileiro (Lei 9.503/1997) para tornar obrigatórias as faixas de pedestres no raio de um quilômetro em torno de escolas públicas e privadas em área urbana.

▶ VETO TOTAL 50/2013

Item vetado: PLC 105/2012, que regula o exercício da atividade de condução de veículos de emergência.

▶ VETO TOTAL 51/2013

Item vetado: PLC 323/2009, que autoriza a criação dos conselhos federal e regionais de Zootecnia.

▶ VETO PARCIAL 52/2013

Item vetado: PLS 441/2012, que altera a redação de artigos da Lei 9.504/1997 com normas para campanhas eleitorais.

▶ VETO TOTAL 53/2013

Item vetado: PLC 48/2012, que determina a obrigatoriedade da construção e manutenção de estações de apoio para condutores de veículos de transporte de carga ou de transporte público de passageiros, no âmbito das concessões rodoviárias federais.

▶ VETO PARCIAL 54/2013

Item vetado: artigo 4º do PLC 81/2013, que trata da composição do Conselho Assessor Nacional da Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Anater).

▶ VETO PARCIAL 55/2013

Itens vetados: 195 dispositivos do PLN 2/2013 (Lei de Diretrizes Orçamentárias — LDO), que traz diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária de 2014.

▶ VETO TOTAL 56/2013

Item vetado: PLS 348/2007, projeto que inclui a carne de porco entre os produtos amparados pela Política de Garantia de Preços Mínimos.

▶ VETO PARCIAL 57/2013

Itens vetados: três itens do PLS 188/2007, projeto que trata do benefício do pagamento de meia-entrada para estudantes, idosos, pessoas com deficiência e jovens entre 15 e 29 anos.

▶ VETO PARCIAL 1/2014

Item vetado: construção de trechos rodoviários na BR-342, no Espírito Santo, previstos no PLN 13/2013, que altera o Anexo I à Lei 12.593, de 18 de janeiro de 2012, que institui o Plano Plurianual da União 2012-2015.

▶ VETO PARCIAL 2/2014

Item vetado: dispositivo do PLC 110/2013 que obriga que o vinho colonial seja comercializado por meio de nota de talão de produtor rural, documento mais simples que a nota fiscal.

▶ VETO PARCIAL 3/2014

Item vetado: dispositivo do PLS 159/2009 que, ao estabelecer multa para o patrão que não assinar a carteira de trabalho do empregado doméstico, transfere valor da multa para o trabalhador prejudicado.

Em pauta, concessão de verbas para Fies e segurança no Rio

A Comissão Mista de Orçamento (CMO) votará hoje a Medida Provisória (MP) 642/2014, que destina R\$ 4,9 bilhões ao Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) e R\$ 200 milhões para as forças de segurança pública do Rio de Janeiro.

O crédito para o Ministério da Defesa é reservado ao governo fluminense e dará condições adequadas ao uso das Forças Armadas na garantia da lei e da ordem no Rio, em particular nas favelas do Complexo da Maré, em face dos recentes ataques criminosos às Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs).

Quanto ao Fies, o crédito garantirá a concessão de financiamento a estudantes que cursam faculdades privadas, tendo em vista as novas operações contratadas e a necessidade de prover cobertura às renovações semestrais dos contratos já assinados.

A relatora da MP é Gleisi Hoffmann (PT-PR), favorável à aprovação da matéria.

A CMO também discutirá procedimentos para corrigir os entraves para o pagamento de recursos referentes a emendas individuais apresentadas por senadores e deputados ao Orçamento da União para 2014. Esse tipo de emenda, conhecida como impositiva, foi aprovada pelo Congresso em 2013 e incluída pela primeira vez no Orçamento. Embora a execução dessas emendas seja obrigatória, questões técnicas têm prejudicado a liberação das verbas.

Consultoria faz estudo sobre PEC do Orçamento Impositivo

Estudo feito pelos consultores legislativos do Senado Marcos José Mendes e Fernando Álvares Correia Dias adverte para o risco de a PEC do Orçamento Impositivo “enfraquecer a disciplina fiscal”, ao determinar a transferência obrigatória de recursos das emendas parlamentares para estados e municípios mesmo que governadores e prefeitos não estejam cumprindo as normas da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). O estudo — *A PEC do Orçamento Impositivo* — pode ser lido pela internet no endereço <http://bit.ly/PECorcamento>.

A proposta estabelece a obrigatoriedade de execução das emendas individuais até o limite de 1,2% da receita corrente líquida (RCL) do ano anterior; metade do valor das emendas será destinada à saúde.

A PEC já foi aprovada no Senado e está sendo discutida na Câmara. O objetivo do texto (PEC 358/2013 na Câmara dos Deputados e PEC 22A/2000 no Senado) é fortalecer o Parlamento e garantir recursos para as ações e serviços públicos de saúde, incluídos os atendimentos financiados pelo Sistema Único de Saúde (SUS).

Entre os aspectos positivos da proposta, segundo os consultores responsáveis pelo estudo, está o aumento de recursos para a saúde e o fim dos contingenciamentos, acabando com a barganha política do Executivo para liberação das emendas.

Base do governo vai indicar nomes para a CPI mista da Petrobras

A base do governo decidiu fazer hoje as indicações que faltam para a CPI mista da Petrobras começar a funcionar. Segundo o líder do PT no Senado, Humberto Costa (PE), os nomes dos senadores do Bloco de Apoio ao Governo (cinco) e do Bloco da Maioria (cinco) serão informados pelos partidos na sessão das 19h. PT e Pros devem indicar os três deputados que faltam.

A CPI mista terá 16 senadores e 16 deputados titulares. Caso não fossem indicados os últimos nomes até hoje, o presidente do Congresso, Renan Calheiros, faria as escolhas.

A decisão mostra que os partidos ligados ao governo não tentarão colocar obstáculos à CPI mista. Mas devem questionar a abertura dela quando já existe outra no Senado com os mesmos objetivos. Hoje a CPI do Senado ouve o primeiro convocado, o ex-presidente da estatal Sergio Gabrielli.

A oposição acredita que a CPI mista permitirá investigação mais profunda. Já indicou os senadores Alvaro Dias (PSDB-

PR), Mário Couto (PSDB-PA), Jayme Campos (DEM-MT), Antonio Carlos Rodrigues (PR-SP), Gim (PTB-DF) e Ataídes Oliveira (Pros-TO).

Os 13 deputados já indicados são Eduardo Cunha (PMDB-RJ), Lucio Vieira Lima (PMDB-BA), Carlos Sampaio (PSDB-SP), Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), Bernardo Santana de Vasconcellos (PR-MG), Júlio Delgado (PSB-MG), Rodrigo Maia (DEM-RJ), Fernando Francischini (SD-PR), Arnaldo Faria de Sá (PTB-SP), Rubens Bueno (PPS-PR), Enio Bacci (PDT-RS), Eduardo Sciarra (PSD-PR) e Guilherme Campos (PSD-SP).



Gabrielli, ex-presidente da estatal, depõe hoje na CPI do Senado

Secretário de Política Econômica afirma em audiência que Brasil tem estabilidade e mercado de crédito para aplicar em infraestrutura de áreas como transporte e energia

Fazenda prevê investimento igual a 24% do PIB

A ECONOMIA BRASILEIRA deverá alcançar nos próximos anos uma taxa de investimento equivalente a 24% do produto interno bruto (PIB), previu ontem o secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda, Márcio Holland de Brito. Em audiência pública promovida pela Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI), ele ressaltou que o Brasil tem todas as condições para fazer investimentos “amplos e diversificados” em infraestrutura, citando os setores de logística, energia, segurança e insumos para a atividade econômica.

— Temos estabilidade e mercado de crédito. A taxa de investimento tem crescido ano após ano, acima da taxa de consumo e do PIB. O que acontece é que o investimento em infraestrutura poderia ser maior e o governo tem realizado uma política de investimento nessa direção, com o PAC [Programa de Aceleração do Investimento] e outros programas — afirmou.

Brito ressaltou ainda que a estabilidade monetária é fundamental para investimentos em todos os setores. Ele também observou que a inflação “não só caiu, como se tem mantido relativamente estável” e garantiu que o governo mantém o controle do quadro inflacionário, a despeito da crise internacional.

“Licenciocracia”

O presidente da CI, senador Fernando Collor (PTB-AL), disse que não é só a burocracia que compromete o desenvolvimento do Brasil. Ele mencionou também “a licenciocracia, a auditocracia



Márcio Holland, secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda, fala em audiência da Comissão de Infraestrutura presidida por Fernando Collor (3º à esq.)

e a controlocracia, que na realidade se tornaram os verdadeiros gestores do país, em função de distorções da máquina burocrática”.

— [A burocracia] impede o gestor de cumprir um programa de governo aprovado nas urnas pela população que o elegeu. Não podemos continuar aceitando intromissões indevidas de órgãos licenciadores sobre as ações governamentais. O que não pode acontecer é essa concorrência entre órgãos de controle para ver quem paralisa mais obras, quem consegue restringir os trabalhos executados nas diversas áreas da infraestrutura.

O sócio-diretor da Creta Planejamento, Eduardo Teixeira, ressaltou a importância de um novo ciclo de crescimento baseado nos investimentos.

— O Brasil foi muito exitoso na saída da crise de 2008, mas foi um ciclo alicerçado no consumo, que foi adequado à época. Nesse momento, é hora do investimento produtivo

e na infraestrutura, basicamente — afirmou Teixeira, durante a audiência pública sobre a influência das políticas fiscal, monetária e tributária no desenvolvimento da infraestrutura.

Ex-ministro da Infraestrutura no governo Fernando Collor (1990–1992), Teixeira apontou como cruciais para o desenvolvimento os investimentos em saneamento básico e transportes. Infelizmente, afirmou, as demandas de fazer superávit primário em qualquer circunstância tornam mais fácil o corte de investimentos.

Para o advogado Vinícios Leoncio, a legislação tributária brasileira é um emaranhado que atrapalha o desenvolvimento do país. Mesmo após 23 anos de estudo, ele não conseguiu reunir em um mesmo volume todas as normas do sistema. Apresentada recentemente na Câmara, a publicação, com 41.266 páginas, alcança 10 metros e pesa mais de 7,5 mil quilos.

— O problema do empresário não é a carga tributária de 38% do PIB [produto interno bruto]. A questão está no custo dessa burocracia, que traz para o contribuinte um custo da incerteza. O empresário trabalha quatro décadas e um dia acorda e descobre que deve todo o patrimônio que levou quatro décadas para ser auferido — afirmou.

Excesso de normas

Para Leoncio, a burocracia está extremamente ligada à desonestidade de uma sociedade, na medida em que a criação de um emaranhado de normas provoca automaticamente uma transgressão dessas próprias regras. De 1988 a 2011, afirmou, foram editadas 4,3 milhões de normas tributárias no Brasil, o que representa a edição de 33 novas regras por dia em todos os níveis da administração, sendo 97% oriundas do Poder Executivo. Atualmente, cada empresa tem que preencher

2,2 mil campos de formulários, e qualquer informação errada provoca multas que chegam a 40% dos ganhos.

— Há 90 milhões de processos pendentes de julgamento no país e 30% envolvem questões tributárias. O processo demora 12 anos para ser julgado, deixando o contribuinte nessa longa incerteza. A empresa brasileira gasta 2,6 mil horas anuais com reuniões e contadores fiscais. O Brasil é simplesmente quatro ou cinco vezes pior que o Congo e Camarões. A Noruega gasta 80 horas com questões de natureza tributária. Estamos pior que Serra Leoa e Chade em termos de burocracia tributária — afirmou.

Para reduzir a burocracia, Leoncio sugeriu a consolidação da legislação, a criação de uma estrutura judiciária especializada em tributos, a instituição de parcelamento de dívidas simplificado e maior proximidade do Fisco com o contribuinte.

Presidentes das teles explicam problemas na telefonia celular

Preocupados com a baixa qualidade dos serviços de telefonia móvel, alto preço das tarifas e a existência de áreas ainda sem cobertura, senadores de três comissões da Casa querem explicações dos presidentes das operadoras do serviço.

Dirigentes das empresas TIM, Vivo, Oi e Claro participam de audiência pública hoje, às 8h30, promovida em conjunto pelas Comissões de

Meio Ambiente (CMA), de Ciência e Tecnologia (CCT) e de Serviços de Infraestrutura (CI).

Os senadores querem saber quais medidas têm sido tomadas para melhorar a qualidade do serviço e reduzir as tarifas.

Além de Zeinal Bava, Antonio Carlos Valente, Carlos Zenteno e Rodrigo Abreu, respectivamente presidentes da Oi, Vivo, Claro e TIM, está convidado João Rezende, presidente da Anatel.

Comissão da MP 641/2014 quer avaliar sistema elétrico nacional

A comissão que analisa a MP 641/2014 reúne-se hoje, às 15h, para votação de dois requerimentos que solicitam a realização de audiência pública para debater a matéria. A comissão também pretende avaliar a situação do sistema elétrico interligado nacional e as ações que poderão ser eficazes para o setor.

A MP 641/2014 antecipa para o mesmo ano da licitação a entrega ao Sistema Interligado Nacional (SIN) de energia de usinas em atividade e modifica o prazo mínimo de suprimento para um ano. Se aprovada na comissão, a proposta ainda seguirá para exame da Câmara e do Senado. De autoria do relator da co-

missão, Vital do Rêgo (PMDB-PB), os requerimentos convidam representantes do Ministério de Minas e Energia, da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), da Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica, da Associação Brasileira dos Comercializadores de Energia e da Associação Brasileira de Energia Eólica, entre outros especialistas do setor.

A comissão da MP 641/2014 é presidida pelo deputado Fernando Ferro (PT-PE) e tem como vice-presidente o senador Ivo Cassol (PP-RO). O relator-revisor é o deputado Manoel Júnior (PMDB-PB).



Genildo Magalhães/Agência Senado

Paulo Paim destaca alcance da internet na sociedade brasileira

Paulo Paim (PT-RS) ressaltou o alcance e o papel da internet na sociedade, ao registrar, em pronunciamento ontem, a passagem do Dia Mundial da Internet, 17 de maio.

Pela internet, disse, “pessoas em todo o planeta fecham negócios, estudam, trabalham, namoram e até mesmo se mobilizam para cobrar das autoridades melhores serviços públicos”.

— Somos, segundo o Ibope, 57,2 milhões de usuários, dos quais 38% acessam a web diariamente. Somos o quinto país mais conectado e o principal local de acesso é a lan house, 31%, seguido da própria casa, 27%; e da casa de parentes e amigos, 25% — disse.

ACOMPANHE E PARTICIPE ÀS 8h30

▶ Portal e-Cidadania: www.senado.leg.br/ecidadania	▶ Alô Senado: www.senado.leg.br/alosenado
▶ Tempo real: http://bit.ly/CMAtelefoniaEC	▶ Tempo real: http://bit.ly/CMAtelefoniaAS
▶ Facebook: eCidadaniaSF	▶ Facebook: alosenado
▶ Twitter: @e_cidadania #celular	▶ Twitter: @AloSenado
▶ TV: www.senado.leg.br/TV	▶ Alô Senado: 0800 612211
▶ Taquigrafia: http://bit.ly/comissaoMeioAmbiente	